



Curso Habilidades e Competências na Prática Docente

História do pensamento pedagógico brasileiro

A educação brasileira começa a ter autonomia com o desenvolvimento das teorias da Escola Nova, no final do século XIX, pois nosso pensamento pedagógico reproduzia o religioso medieval. Graças ao pensamento iluminista trazido da Europa por intelectuais e estudantes de formação laica, positivista, liberal, a teoria da educação brasileira pôde dar alguns passos.

A criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, foi fruto do projeto liberal da educação que tinha, entre outros componentes, um grande otimismo pedagógico: reconstruir a sociedade através da educação. Reformas importantes, realizadas por intelectuais na década de 20, impulsionaram o debate educacional, superando gradativamente a educação jesuítica tradicional, conservadora, que dominava o pensamento pedagógico brasileiro desde os primórdios. O domínio dos jesuítas havia sofrido um retrocesso durante apenas um curto espaço de tempo, entre 1759 e 1772. O obscurantismo português sobre a colônia era tanto que, em 1720, a metrópole proibiu a imprensa em todo o Brasil, na tentativa de mantê-la isolada de influências externas.

Os jesuítas nos deixaram um ensino de caráter livresco e repetitivo, que estimulava a competição por meio de prêmios e castigos. Discriminatórios e preconceituosos, os jesuítas dedicaram-se à formação das elites coloniais e difundiram nas classes populares a religião da obediência, da dependência e do paternalismo, características marcantes de nossa cultura ainda hoje. Uma educação que reproduzia uma sociedade perversa, dividida entre analfabetos e doutores.

Um balanço da educação até o final do Império está em dois pareceres de Rui Barbosa (1849-1923): o primeiro sobre o ensino secundário e superior, e o segundo sobre o ensino primário, apresentados ao Parlamento, respectivamente, em 1882 e 1883. Neles Rui Barbosa prega a liberdade de ensino, e a instrução obrigatória. A reforma sugerida por ele inspirava-se nos sistemas educacionais da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos. O balanço mostrava o nosso atraso educacional, a fragmentação do ensino e o descaso pela educação popular, que predominaram até o Império. A República prometia levar a questão educacional a sério. Em 1890, os republicanos criaram o Ministério da Instrução junto com os Correios e Telégrafos. Em 1931, o Ministério da Justiça seria associado à Saúde Pública.

A educação foi interesse constante também do movimento anarquista no Brasil no início do século XX. Para os anarquistas, a educação não era o único nem o principal agente desencadeador do processo revolucionário. Entretanto, se não ocorressem mudanças profundas na mentalidade das pessoas, em grande parte promovidas pela educação, a revolução social desejada jamais teria êxito. Este posicionamento dos anarquistas em relação à educação derivava do princípio da liberdade: os libertários eram contra a opressão e a coerção.

O movimento anarquista no Brasil era profundamente influenciado pelo europeu através de livros, revistas e jornais. Essa influência é claramente percebida quando se comparam duas iniciativas educacionais promovidas em São Paulo: a Escola Libertária Germinal, que não foi em frente, e a Escola Moderna, destinada à educação de crianças da classe operária, inspirada na obra de Francisco Ferrer.

Sugestão de Material Complementar de Estudo:

<http://questoesconcursopedagogia.com.br/mais1200questoes/>



O ensino libertário ministrado pelas escolas modernas encerrou-se, pelo menos na capital de São Paulo e em São Caetano, em 1919. Aquele ano foi marcado por fortes tensões entre os anarquistas e as autoridades, especialmente porque circulavam informações de que estava sendo promovida no Rio de Janeiro, com a participação de anarquistas, uma conspiração visando à derrubada do governo. Entretanto, desde 1915 já vinha se configurando um quadro bem pouco favorável à sobrevivência do ensino racionalista tal como fora proposto por Ferrer. O nacionalismo e a consequente decisão do governo de imprimir novas diretrizes no campo da educação foram outros fatores que contribuíram para o encerramento da mais avançada experiência libertária no país.

O pensamento pedagógico libertário teve como principal difusora a educadora Maria Lacerda de Moura (1887/1944), combatendo principalmente o analfabetismo.

Em Lições de Pedagogia (1925), Moura propôs uma educação que incluísse educação física, educação dos sentidos e o estudo do crescimento físico. Amparando-se em Binet, Claparede e Montessori, afirmava que, além das noções de cálculo, leitura, língua, pátria e história, seria preciso estimular associações e despertar a vida interior da criança para que houvesse uma autoeducação.

Dizia ela que era preciso declarar guerra ao analfabetismo, mas também à ignorância presumida, ao orgulho tolo, à vaidade vulgar, à pretensão, à ambição, ao egoísmo, à intolerância e aos preconceitos, em suma: guerra à mediocridade, à vulgaridade e à prepotência asseguradas pela autoridade do diploma e do bacharelado incompetente.

Em 1930, a burguesia urbano industrial chega ao poder e apresenta um novo projeto educacional. A educação, principalmente a educação pública, passou a ter espaço nas preocupações do poder. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por 27 educadores em 1932, seria o primeiro grande resultado político e doutrinário de 10 anos de luta da ABE em favor de um Plano Nacional de Educação.

Outro grande acontecimento da década de 30 para a teoria educacional foi a fundação, em 1938, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), realizando um antigo sonho de Benjamin Constant que havia criado em 1890 o Pedagogium. Em 1944, o INEP inicia a publicação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, que se constituiu, desde então, num precioso testemunho da história da educação no Brasil, fonte de informação e formação para os educadores brasileiros até hoje.

Os grandes teóricos deste período foram, sem dúvida, Fernando de Azevedo (1894/1974), Lourenço Filho (1897/1970), Anísio Spínola Teixeira (1900/1971) e Roque Spencer Maciel de Barros (1927/1989). O pensamento pedagógico liberal teve grandes contribuições no Brasil, entre elas as de Roque Spencer Maciel de Barros, João Eduardo. R. Villalobos, Antonio de Almeida Junior, Laete Ramos de Carvalho (1922/1972), Moysés Brejon (1923/1991) e Paul Eugene Charbonneau (1925/1987).

Os católicos e os liberais representam grupos diferentes, correntes históricas opostas, porém não antagonicas. Os primeiros desejavam imprimir à educação um conteúdo espiritual e os segundos, um cunho mais democrático. Contudo, os dois grupos tinham pontos em comum. Representavam apenas facções da classe dominante e, portanto, não questionavam o sistema econômico que dava origem aos privilégios e à falta de uma escola para o povo. A mudança empregada pelos dois grupos estava centrada mais nos métodos do que no sentido da educação. A análise da sociedade de classes com poucas exceções estava ausente da reflexão dos dois grupos. Só o pensamento pedagógico progressista, a partir das reflexões de Paschoal Lemme, Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire, é que coloca a questão da transformação radical da sociedade e o papel da educação nessa transformação.

Em 1948, a ministro Clemente Mariani enviou ao Congresso um projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que só seria sancionado depois de muitas disputas e alterações, em 1961, constituindo-se na primeira lei geral da educação brasileira em vigor até a Constituição em 1988.

Depois da ditadura de Getúlio Vargas (1937/1945), abre-se um período de redemocratização no país

Sugestão de Material Complementar de Estudo:

<http://questoesconcursopedagogia.com.br/mais1200questoes/>



que é brutalmente interrompido com o golpe militar de 1964. Nesse curto espaço de tempo, em que as liberdades democráticas foram respeitadas, o movimento educacional teve novo impulso, distinguindo-se por dois grandes movimentos: o movimento por uma educação popular e o movimento em defesa da educação pública, o primeiro predominante no setor da educação informal e na educação de jovens e adultos, e a segunda mais concentrada na educação escolar formal.

O primeiro teve seu ponto alto em 1958, com o segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, e no início de 1964, com a Campanha Nacional de Educação de Adultos, dirigido por Paulo Freire, defendendo uma concepção libertadora da educação. O segundo teve um momento importante com os debates em torno da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), principalmente em 1960 com a realização, em São Paulo, da primeira Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública e da Convenção Operária em Defesa da Escola Pública.

Mas encarar esses dois movimentos como antagônicos seria um equívoco já que em ambos existem posições conservadoras e progressistas. O ideal seria unir os defensores da educação popular que se encontram nos dois movimentos: aqueles que defendem uma escola com uma nova função social, formando a solidariedade de classe e lutando por um Sistema Nacional Unificado de Educação Pública.

Essa unidade passou a ser mais concreta a partir de 1988, com o movimento da educação pública popular, sustentado pelos partidos políticos mais engajados na luta pela educação do povo. Esse novo movimento acredita que só o Estado pode dar conta do nosso atraso educacional, mas sem dispensar o engajamento da sociedade organizada. Preconiza uma reorganização político administrativa embasada num projeto ético político progressista, a partir da participação ativa e deliberativa da sociedade civil.

As idéias de Anísio Teixeira (1900-1971) influenciaram todos os setores da educação no Brasil e mesmo o sistema educacional da América Latina. Entre suas contribuições, pode-se citar o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador (BA), primeira experiência no Brasil de promover a educação cultural e profissional de jovens. Anísio Teixeira nasceu em Caieté (BA). Foi inspetor geral de ensino e diretor geral da Instrução Pública da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública da Bahia. Esteve nos EUA pesquisando a organização escolar desse país e formou-se em educação na Universidade de Colúmbia, tornando-se discípulo e amigo do filósofo e educador norte americano John Dewey. Em 1935, tornou-se secretário da Educação e Cultura do Distrito Federal, lançando um sistema de educação global do primário à universidade. Foi ainda membro do Conselho Federal de Educação, reitor da Universidade de Brasília, e recebeu o título de professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Morreu no Rio de Janeiro. Suas principais obras foram: Educação pública: organização e administração (1935), Educação não é privilégio (1956), A educação é um direito (1967) e pequena introdução à filosofia da educação (1978).

Nos dias de hoje, quando a ciência vai refazendo o mundo e a onda de transformação alcança as peças mais delicadas da existência humana, só quem vive à margem da vida, sem interesses e sem paixões, sem amores e sem ódios, pode julgar que dispensa uma filosofia. A filosofia de um grupo que luta corajosamente para viver não é a mesma de outro cujas facilidades transcorrem em uma tranquila e rica abundância, pois conforme o tipo de experiência de cada um, será a filosofia de cada um. A vida vai, porém, assumindo aspectos mais gerais, dia a dia, e os predicamentos da filosofia irão também, assim, dia a dia, se aproximando.

À medida que se alargam os problemas comuns, mais vivamente sentidos, será a falta de uma filosofia que nos dê um programa de ação e de conduta, isto é, uma interpretação harmoniosa da vida e das suas perplexidades. Está aí a grande intimidade entre a filosofia e a educação. Se educação é o processo pelo qual se formam as disposições essenciais do homem, emocionais e intelectuais, para com a natureza e para com os demais homens, filosofia pode ser definida como a teoria geral da educação, conforme o pensamento

Sugestão de Material Complementar de Estudo:

<http://questoesconcursopedagogia.com.br/mais1200questoes/>



de Dewey. Filosofia se traduz, assim, em educação, e educação só é digna desse nome quando está percorrida de uma larga visão filosófica. Filosofia da educação não é, pois, senão o estudo dos problemas que se referem à formação dos melhores hábitos mentais e morais em relação às dificuldades da vida social contemporânea.

Considerada, assim, a filosofia como a investigadora dos valores mentais e morais mais compreensivos, mais harmoniosos e mais ricos que possam existir na vida social contemporânea, está claro que a filosofia dependerá, como a educação, do tipo de sociedade que se tiver em vista. Admitindo que nos achamos em uma sociedade democrática servida pelos conhecimentos da ciência moderna e agitada, em princípio, pela revolução industrial iniciada no século XVIII, a filosofia deve procurar definir os problemas mais palpantes dessa nova ordem de coisas e armá-los para as soluções mais prováveis.

Nenhuma das soluções pode ser definitiva ou dogmática. A filosofia de uma sociedade em permanente transformação, que aceita essa transformação e deseja torna-la um instrumento do próprio progresso, é uma filosofia de hipóteses e soluções provisórias. O método filosófico será, assim, experimental, no sentido de que as soluções propostas serão hipóteses sujeitas à confirmação das consequências.

Os ideais e aspirações contidos no sistema social democrático envolvem a igualdade rigorosa de oportunidades entre todos os indivíduos, o virtual desaparecimento das desigualdades econômicas, e uma sociedade em que a felicidade dos homens seja amparada e facilitada pelas formas mais lúcidas e mais ordenadas. Essas aspirações e esses ideais serão, porém, uma farsa, se não os fizermos dominar profundamente o sistema público de educação. A escola tem que dar ouvidos a todos, e a todos servir. Será o teste de sua flexibilidade, da inteligência de sua organização e da inteligência dos seus servidores. Esses têm de honrar as responsabilidades que as circunstâncias lhes confiam, e só o poderão fazer transformando-se a si mesmos e transformando a escola.

O professor de hoje tem que usar a legenda do filósofo: nada que é humano me é estranho. Tem de ser um estudioso dos mais embaraçosos problemas modernos, tem que ser estudioso da civilização, tem que ser estudioso da sociedade e tem que ser estudioso do homem, tem que ser, enfim, filósofo. A simples indicação desses problemas demonstra que o educador não pode ser equiparado a nenhum técnico, no sentido usual e restrito da palavra. Ao lado da informação e da técnica, deve possuir uma clara filosofia da vida humana e uma visão delicada e aguda da natureza do homem.

Um dos poucos pensadores anarquistas atuais preocupados com a escola, Maurício Tragtenberg representa hoje uma importante corrente de pensamento e ação político pedagógica cujas raízes estão em Bakunin, Kropotkin, Malatesta e Lobrot.

O pensamento de Tragtenberg na educação mostra os limites da escola como instituição disciplinadora e burocrática, e as possibilidades da autogestão pedagógica, como iniciação à autogestão social. A burocracia escolar é poder, repressão e controle. Critica tanto os países capitalistas quanto os socialistas, que desencantaram a beleza e a riqueza do mundo e introduziram a racionalização sem sentido humano. A burocracia perverte as relações humanas, gerando o conformismo e a alienação.

As propostas de Tragtenberg mostram as possibilidades de organização das lutas das classes subalternas e de participação política do trabalhador na empresa e na escola visando à reeducação dos próprios trabalhadores em geral e dos trabalhadores em educação, em particular. Suas principais obras são: Administração, Poder e Ideologia (1980), Sobre Educação, Política e Ideologia (1982) e Burocracia e Ideologia (1974). Professores, alunos, funcionários, diretores e orientadores. As relações entre todos estes personagens no espaço da escola reproduzem, em escala menor, a rede de relações que existe na sociedade.

As áreas do saber se formam a partir de práticas políticas disciplinares, fundadas em vigilância. Isso significa manter o aluno sob um olhar permanente, registrar, contabilizar todas as observações e anotações sobre os alunos, através de boletins individuais de avaliação, ou uniformes/ modelo, por exemplo, perceber aptidões, estabelecendo classificações rigorosas.

Sugestão de Material Complementar de Estudo:

<http://questoesconcursopedagogia.com.br/mais1200questoes/>



A prática de ensino em sua essência reduz-se à vigilância. Não é mais necessário o recurso à força para obrigar o aluno a ser aplicado. É essencial que o aluno, como o detento, saiba que é vigiado. Porém há um acréscimo: o aluno nunca deve saber que está sendo observado, mas deve ter a certeza de que poderá sempre sê-lo.

Dessa forma, a escola se constitui num observatório político, um aparelho que permite o conhecimento e o controle perpétuo de sua população através da burocracia escolar, do orientador educacional, do psicólogo educacional, do professor ou até dos próprios alunos. É necessário situar ainda que a presença obrigatória com o diário de classe nas mãos do professor, marcando ausências e presenças, atribuindo meia falta ao aluno que atrasou uns minutos ou saiu mais cedo da aula, é a técnica de controle pedagógico burocrático por excelência herdada do presídio.

No seu processo de trabalho, o professor é submetido a uma situação idêntica à do proletário, na medida em que a classe dominante procura associar educação e trabalho, acentuando a responsabilidade social do professor e de seu papel como guardião do sistema.

Nesse processo, o professor contratado ou precário, sem contrato e sem estabilidade, substitui o efetivo ou estável, conforme as determinações do mercado, colocando-o numa situação idêntica à do proletário. Na unidade escolar básica é o professor que julga o aluno mediante a nota, participa dos conselhos de classe, nos quais o destino do aluno é julgado, define o programa de curso nos limites prescritos e prepara o sistema de provas ou exames.

Para cumprir essa função, ele é inspecionado, é pago por esse papel de instrumento de reprodução e exclusão. A própria disposição das carteiras na sala de aula reproduz relações de poder: o estrado que o professor utiliza acima dos ouvintes, estes sentados em cadeiras linearmente definidas próximas a uma linha de montagem industrial, configura a relação saber/ poder e dominante/ dominado. O poder professoral manifesta-se através do sistema de provas ou exames em que ele pretende avaliar o aluno. Na realidade, está selecionando, pois uma avaliação de uma classe pressupõe um contato diário demorado com a mesma, prática impossível no atual sistema de ensino. A disciplina do aluno tem no sistema de exame um excelente instrumento: o pretexto de avaliar o sistema de exames. Assim, a avaliação deixa de ser um instrumento e torna-se um fim em si mesmo. O fim, que deveria ser a produção e transmissão de conhecimentos, acaba sendo esquecido. O aluno submete-se aos exames e provas. O que prova a prova? Prova que o aluno sabe como fazê-la, não prova seu saber.

O fato é que, na relação professor/ aluno, enfrentam-se dois tipos de saber: o inacabado do professor e a ignorância do aluno. Não há saber absoluto nem ignorância absoluta. No fundo, os exames dissimulam, na escola, a eliminação dos pobres, que se dá sem exame. Muitos deles não chegam a fazê-la, são excluídos pelo aparelho escolar muito cedo, veja-se o nível de evasão escolar na 1ª série do 1º grau e nas últimas séries do 1º e 2º graus. Qualquer escola se estrutura em função de uma quantidade de saber, medido em doses, administrado homeopaticamente. Os exames sancionam uma apropriação do conhecimento, um mau desempenho ocasional, um certo retardo que prova a incapacidade do aluno de apropriar-se do saber.

Em face de um saber imobilizado, como nas Tábuas da Lei, só há espaço para humildade e mortificação. Na penitência religiosa só o trabalho salva, é redentor; portanto, o trabalho pedagógico só pode ser sacrificado. Para não desencorajar os mais fracos de vontade, surgem os métodos ativos em educação. A dinâmica de grupo aplicada à educação alienou-se quando colocou em primeiro plano o grupo em detrimento da formação. A utilização do pequeno grupo como técnica de formação deve ser vista como uma possibilidade entre outras. Tal técnica não questiona radicalmente a essência da pedagogia educacional. O fato é que os grupos se acham diante de um monitor, aqueles caracterizam o não saber e este representa o saber. Ao invés de colocar como tarefa pedagógica dar um curso e o aluno recebe-lo, por que não colocá-lo em outros termos:

Sugestão de Material Complementar de Estudo:

<http://questoesconcursopedagogia.com.br/mais1200questoes/>



Cursos Gratuitos Para Professores

<http://superpreparadocursos.com.br/>

em que medida o saber acumulado e formulado pelo professor tem chance de tornar se o saber do aluno? Por tudo isso a escola é um espaço contraditório: nela o professor se insere como reprodutor e pressiona como questionador do sistema, quando reivindica. Essa é a ambigüidade da função professoral.

A possibilidade de desvincular saber de poder, no plano escolar, reside na criação de estruturas de organização horizontais em que professores, alunos e funcionários formem uma comunidade real. É um resultado que só pode vir de muitas lutas, de vitórias setoriais e derrotas também. Mas sem dúvida a autogestão da escola pelos trabalhadores da educação, incluindo os alunos, é a condição de democratização escolar. Sem escola democrática não há regime democrático, portanto a democratização da escola é fundamental e urgente, pois ela forma o homem, o futuro cidadão.

Nosso grupo no FACEBOOK:

<https://www.facebook.com/groups/951387698399915/>

Nosso Canal no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC7tIsrj35rhTHaxCYYgRhbQ/>

Materiais Gratuitos Para Concursos:

<https://questoesconcursopedagogia.com.br/>

Sugestão de Material Complementar de Estudo:

<http://questoesconcursopedagogia.com.br/mais1200questoes/>